

VIDA HUMANA E BEM-ESTAR SOCIAL

Uma reflexão macromoral (1)

Bernardino Leers O.F.M.

Na realidade cotidiana, vida humana e bem-estar ou mal-estar social possuem um só lugar em que existem: a pessoa humana em sua concretude; ou melhor, conhecem uma multidão de lugares, porque as pessoas humanas concretas, históricas, são multidão e estão espalhadas pelo espaço e pelo tempo deste mundo numa variação singularizante de nomes e situações que não se repetem. A força imaginativa que se manifesta na vida é tão grande e original que não há duas vidas humanas iguais. Ninguém copia a história que um outro escreve, mesmo acompanhando-lhe os passos. Na linguagem da comunicação social, usam-se símbolos gerais, "a" vida, "o" homem, "o" bem-estar, mas sua capacidade expressiva não chega a exaurir a singularidade de cada pessoa, mais rica e variada do que o melhor poeta possa descrever. A vida humana é sempre pessoal, como também cada um morre sua própria morte.

Em termos de dependência, condicionamento, interação e serviço, o espaço, em que a vida humana e o bem-estar das pessoas se desenvolvem, progridem ou se atrofiam em direção à morte, é a sociedade histórica concreta de que cada um participa em seu lugar. A saúde é da responsabilidade de cada um até certo ponto, pois depende dos genitores e das condições de nutrição, ambiente de vida, tipo de trabalho que a pessoa encontra e, muitas vezes, não escolhe em liberdade. Aborto é um

-
- (1) A macromoral não se concentra nos indivíduos, mas na sociedade global, seus problemas estruturais e funcionais, enquanto dependem da responsabilidade humana. A literatura no setor da bioética é bastante numerosa: *Encyclopedia of Bioethics*, 4 vol., New York, 1978, verbetes: "Health", "Mental Health Services" etc.; Benedict M. ASHLEY O.P. e Kevin D. O'ROURKE O.P., *Health care ethics*, St. Louis, 1978; Thomas A. SHANNON (ed.), *Bioethics*, New York, 1976; J. GHOOS, *Grondslagen der medische ethiek*, vol. 1, Leuven, 1977; Paul SPORKEN, *Ethiek en gezondheidszorg*, Baarn, 1977; Jaime LANDMANN, *Evitando a saúde e promovendo a doença*, Rio de Janeiro, 1982, 3ª ed. Para uma visão mais ampla: *Welvaart, welzijn en geluk*, vol. 3, Hilversum, 1963; Oswald von NELL-BREUNING, *Soziale Sicherheit?*, Freiburg, 1979; J.F. REGIS MORAIS (ed.), *Construção social da enfermidade*, S. Paulo, 1976.

drama pessoal, mas num país em que os números variam de um a quatro milhões por ano, estes fatos significam um prejuízo e desperdício impressionante de energia biológica da parte feminina da população. Em última análise, o bem-estar, a felicidade, o contentamento pertencem às pessoas; entretanto, as situações que os estimulam ou prejudicam, impedem ou provocam em grau variável, são tão sociais quanto são a poluição sonora da cidade, as endemias rurais, as filas de Previdência e a política salarial.

1. UMA VISÃO PANORÂMICA DA ÁREA

Melhor do que procurar definições abstratas, mais ou menos do conhecimento comum, é averiguar a extensão e as complicações do terreno empírico em que a vida humana e o bem-estar social se desenvolvem, prosperam ou regridem na realidade atual. Sem dúvida, a conceituação exata foi sempre uma preocupação séria da moral teológica, mas corre-se o risco de ficar tão concentrado no tronco da árvore que se esquecem as raízes e a terra em que a árvore está plantada e de que dependem a qualidade da seiva, a forma da copa e o sabor dos frutos. Por isso certas normas e proibições morais parecem ser golpes no ar, porque a teoretização que as justifica globalmente não penetra na variação dos contextos e motivos humanos e demasiadamente humanos que, de fato, entram na formação dos atos.

1.1. As muitas condições

Abstraindo das variáveis de classe social, região e tipo de cultura, muitos fatores compõem o quadro da vida humana e o bem-estar social e condicionam a qualidade da vida e o grau de equilíbrio, contentamento e felicidade da população. Entram a saúde pessoal, a expectativa de vida, a alimentação, o nível de consumo, o emprego e a renda familiar, as condições da educação dos filhos e da formação profissional, de habitação e de ambiente, a comunicação e integração na sociedade, o grau de liberdade e participação, o estado dos serviços públicos de ensino, da assistência social, do saneamento ambiental, dos meios de transporte, da segurança pessoal e pública, o sistema econômico e seu funcionamento prático, a situação real dos direitos humanos, a práxis política no país, o grau de dependência econômica e política dentro dos esquemas Este-Oeste e Norte-Sul. Sem ser completo, este quadro dá alguma idéia dos largos horizontes em que os problemas se colocam e, no mesmo mo-

mento, deixa entrever, que uns simples princípios quase evidentes de ordem moral não bastam para resolvê-los.

Este quadro se complica mais pelo fato de que, embora uma série dos fatores mencionados se deixe expressar em números, estatísticas e fórmulas objetivas, é inegável a presença do fator da subjetividade. A vida humana não é um simples dado interpretável em termos biológicos ou religiosos. A questão é também saber como as diversas pessoas e grupos a apreciam, se posicionam diante dela, aceitam e suportam suas condições e limitações, seus sacrifícios, seus contra-tempos de dor e doença. O modo de viver a vida que um agüenta, pode ser insuportável para um outro. As expectativas e exigências duma vida humana boa e digna variam com as culturas, as épocas e, dentro destes contextos de tempo e espaço, de classe a classe, de pessoa a pessoa. O bem-estar social sugere felicidade, contentamento, equilíbrio emocional, auto-afirmação, consciência de aceitação social. De novo trata-se de fatores em que o sujeito é central e que são grandemente variáveis. Tanto o contentamento com a vida em geral, quanto a satisfação com seus aspectos, o casamento, a vida familiar, o trabalho, o convívio com os vizinhos, a moradia, o transporte, o lazer, a situação política favorável ou adversa, demonstram uma diversidade bem acentuada, mesmo onde o condicionamento objetivável é mais ou menos homogêneo.

O texto-base da Campanha da Fraternidade de 1984 não deixa dúvida de que o estado presente de bem-estar do povo é bem negativo pelo muito egoísmo operativo, injustiças, formas de opressão, escândalos da corrupção, violações mil dos direitos humanos, assassinios de inocentes, enfim pela não-vida. No mundo e nos corações dos homens não só brota a força da vida, da beleza, da felicidade, mas há também a contaminação "com o veneno da morte pelas estruturas e mecanismos econômicos, manipulados para dominar, processos históricos destrutivos, regimes políticos repressivos, preconceitos, discriminação de raça, sexo, classe"(2). A vida humana sempre foi mortal e sempre houve profetas que, indignados, acusaram as forças da morte e do pecado. Mas a inclinação paralizante do "sempre foi assim" e a memória do paraíso perdido não tiram a responsabilidade de cada geração criar a vida e combater a morte, cultivar o bem e converter-se do mal, em seu próprio contexto histórico.

1.2. Indicadores do bem-estar social

Através de condenações ou protestos, mesmo intuitivos, sempre

(2) *Para que todos tenham vida*, Brasília, (1983), 12.

funciona uma norma, uma ideal, que a pessoa usa para julgar e realidade, enquanto é percebida por ela. Bem-estar social é um destes termos, cujo significado e conteúdo qualquer homem moderno mais ou menos entende. Mas a explicitação e o peso dos fatores que entram em jogo para garantir um certo bem-estar da população ou o consenso sobre os critérios ou indicadores para medir o grau de bem-estar são tarefas bem mais difíceis. A indignação espontânea tem seu valor para a moral, mas sua base precisa ser formulada com maior precisão.

Certamente há fatores que são relativamente bem acessíveis e podem ser quantificados em tabelas e estatísticas. O critério da saúde física calculará a mortalidade infantil, as principais "causae mortis" e mapeará a extensão das endemias rurais. Sobre a relação entre os tipos de trabalho e o gasto de calorias há tabelas, como são conhecidas as normas da boa alimentação para as diversas idades. Em vista da exigência de ter uma casa como abrigo social, pesquisas demonstram qual é a medida do espaço construído por unidade moradora, o número de cômodos, a presença ou ausência de instalações, se há água encanada, esgoto, luz nas casas. Já faz tempo, o desenvolvimento de um país é medido pelos critérios do produto nacional, a renda "per capita", a situação do saneamento básico, a média etária da população, o número de médicos e leitos hospitalares à disposição, a extensão de estradas pavimentadas, a qualidade dos transportes e assim por diante. Tabelas de distribuição dos salários e da renda, ou as contribuições para os institutos da previdência social, assistência médica e aposentadoria são conhecidas em qualquer país moderno.

No entanto, desde George Elton Mayo com seus experimentos em Hawthorne e as críticas às suas idéias, não é mais tão fácil reduzir os homens a simples objetos de condicionamentos materiais variáveis de luz, cores, horários de trabalho ou assistência, como se as mudanças nestas condições da vida humana conduzissem automaticamente ao bem-estar social do grupo(3). Mesmo em processos de produção em que vários fatores são quantificáveis, como no caso da indústria e do comércio, o fator humano não se deixa captar em números gráficos. Contentamento, resistências, tranqüilidade, agressividade, equilíbrio, relações com outras pessoas, familiares, companheiros de trabalho, vizinhos, mais ainda o posicionamento de cada um dentro da sociedade e suas instituições de serviço e poder são fatores importantes do bem-estar de uma população ou grupo e classe social, mas sua qualificação não constitui uma espécie de metro social simples para medir boa saúde ou febre. Mesmo assim, a

(3) Um bom resumo em: J. A. C. BROWN, *The Social Psychology of Industry*, Harmondsworth, 1962.

auto-afirmação das pessoas, seu reconhecimento pela sociedade, sua participação ativa da história que se está formando, suas possibilidades reais de desenvolver seus talentos e qualidades humanas estão colocados no centro do bem-estar pessoal e social.

Para intelectuais é trabalho relativamente simples fazer uma lista de necessidades básicas humanas, no estilo norte-americano, ou de valores existenciais, mais conhecidos na Europa, e organizar estes elementos conforme um ou outro critério. Dependendo da interpretação antropológica global dos autores, podem-se distinguir, por exemplo, necessidades ou valores físicos, biológicos, psíquicos, sociais, culturais, espirituais, morais, religiosos ou usar outros termos. Entretanto, as discussões teóricas sobre os critérios e seu escalonamento preferencial provocam uma interrogação pertinente. Até que ponto os esquemas, feitos pela elite, no seu lugar de bem-estar, correspondem às necessidades sentidas, valores apreciados e metas de ação que vigem entre o povo-povão em toda a sua variação? Quanto mais uma elite se distancia da existência popular e se deixa inspirar pelos produtos simbólicos importados, tanto menor se torna sua credibilidade. Estudos empíricos que deixam o povo falar e comunicar suas experiências, visões e avaliações dos fatos e acontecimentos da vida não são uma simples réplica dos tratados teóricos(4).

A procura dos indicadores sociais na base da participação popular não é exatamente um caminho exemplar(5). Se em muitos trabalhos eruditos verifica-se o misterioso esquecimento da dimensão religiosa da vida do povo(6), entre o povo a visão sobre a estrutura política econômica e a macro-organização da vida social costuma ser limitada e fragmentária. Também as escalas de valores, que o material empírico disponível apresenta, são muito mais complexas e variadas do que as discussões sobre o caráter nacional fazem supor(7). Para que a experiência popular sirva numa reflexão moral, a exigência da autenticidade precisa purificar e libertar o material colecionado, com discernimento ou senso crítico, de suas alienações e deformações sub-humanas de que as discriminações de classe, cor e sexo e os preconceitos são apenas um exemplo.

(4) P. ex. José Sérgio LEITE LOPES, *O vapor do diabo*, Rio de Janeiro, 1976; Luís Flávio RAINHO, *Os peões do Grande ABC*, Petrópolis, 1980; Bernardino LEERS, *Catolicismo popular e mundo rural*, Petrópolis, 1977.

(5) Um exemplo (norte-americano) deste tipo de pesquisa: Frank M. ANDREWS e Stephen B. WITLEY, *Social Indicators of Well-Being*, New York, 1978, 2ª ed.

(6) Carlos BRANDÃO na Introdução de Alba ZALUAR, *Os homens de Deus*, Rio de Janeiro, 1983, 7.

(7) Dante MOREIRA LEITE, *O caráter nacional brasileiro*, São Paulo, 1976, 3ª ed.

O complexo da dupla moral sócio-política que parece atravessar a sociedade toda, será, já por si, um duro osso a roer.

Para complicar mais, verifica-se aqui o efeito das linhas cruzadas. Na época atual da chamada modernização do Brasil, os conjuntos de valores e necessidades mais ou menos tradicionais do povo recebem constantemente os impactos de idéias, atitudes e modos de viver importados e adotados pela elite. Sob a influência dos meios de comunicação poderosos, muitos se deixam contaminar pela "vertigem ocidental" do progresso e desenvolvimento. Em sua luta contra as idolatrias atuantes na sociedade, Puebla condenou o liberalismo capitalista, a doutrina da segurança nacional e o comunismo(8). Seria, porém, ilusório imaginar que, por isso, tais movimentos ideológicos deixariam de exercer seu fascínio sobre a maneira de pensar e agir do povo e de fazer seu proselitismo com sucesso.

1.3. Os polos: pessoa, sociedade, meio ambiente

Toda moral começa com o fato de que o homem se entende como tarefa a cumprir(9), como projeto pessoal que se forma e se realiza em mútua dependência e solidariedade com os outros. Na caminhada histórica que cada um executa por este mundo, uma boa parte da vida e bem-estar se faz ou desfaz independentemente da própria responsabilidade ou cálculo intencional. A concepção, a existência intra-uterina, defeitos hereditários, traumas infantís e tantas outras condições não dependem da própria vontade da pessoa; até a hora e a maneira de morrer não costumam ser questão de preferência ou livre escolha. Outras pessoas entram decisivamente nesta história, cada um com seu grau ou parcela de responsabilidade. Na formação de sua vida e na promoção de seu bem-estar há espaço para a liberdade do homem, mas este espaço é limitado. Tanto o projeto quanto sua execução estão marcadamente condicionados pela cooperação e obstrução dos outros, disponibilidade de recursos e as estruturas políticas, econômicas e sociais, em que os indivíduos funcionam e a que estão quase subordinados mais do que nunca.

Na boca do povo o voto de que "Deus lhe dê boa saúde" sempre volta. Quando a Organização Mundial de Saúde declara em 1958, que saúde significa completo bem-estar físico, mental e social, ainda é possível interpretar a saúde, o bem-estar da pessoa humana numa perspectiva

(8) *Puebla* 542 etc.

(9) Wolfgang TRILLHAAS, citado por Trutz RENDTORFF, *Ethik*, Stuttgart, 1980, 9.

individualista. A pessoa humana é posta em tal nível de abstração que praticamente a sociedade com que umbilicalmente está interligada, não se visualiza mais. Na realidade, entretanto, não se pode discursar sobre a vida humana, o direito à vida, o direito a certa qualidade da vida, sem explicitar a sociedade histórica em que esta vida é concebida, se desenvolve, progride ou fica para trás. Para gerar uma vida humana e levá-la à maturidade física e psíquica e à aceitação e segurança social suficiente, não bastam mais os pais, a família e a vizinhança. Nos estados modernos entram claramente outros fatores: o sistema de ensino, o mercado de trabalho, a renda familiar, a construção habitacional, o tipo de cultura, a organização, extensão e eficiência da previdência social. Estes macro-organismos, se não determinam, ao menos influenciam profundamente a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos. Bem-estar e vida humana se deixam formular sob o ângulo da pessoa, mas de fato em sua interpretação e realização dependem da sociedade como sistema econômico e político, histórico e das decisões que neste sistema são tomados por quem quer que seja (10).

Seja no plano pessoal, seja no nível comunitário, a existência humana e seu bem-estar não se estendem num vácuo, mas estão encarnadas num espaço vital, o ambiente cósmico, a natureza, o ecossistema. Entre a vida dos homens e o meio ambiente sempre houve uma interação constante, mas enquanto o homem fazia ainda como que parte da natureza e possuía pouco poder de mudar a mãe-terra e explorá-la, este relacionamento não criava problema. Na medida em que a humanidade foi capaz de criar seu próprio habitat na forma das grandes concentrações urbanas e explorar os recursos e riquezas naturais, muitas vezes não renováveis, por uma técnica cada vez mais intensiva e em áreas terrestres e marítimas cada vez maiores, os problemas se foram acumulando pelo pioramento das condições de vida em muitos lugares do país (11). Apesar de ações e protestos locais contra a poluição da água, a destruição das matas, a poluição atmosférica e sonora das cidades e centros industriais, a ecologia como condição do bem-estar de um povo ainda parece estar pouco presente à consciência, abafada por um desenvolvimento econômico de vista curta. Mas a degradação progressiva dos vários ecossistemas e a conseguinte deterioração das condições de vida do povo,

(10) A pastoral costuma focalizar, entre a pessoa e a sociedade, a família. A obra pioneira é: Pedro Calderan BELTRÃO S.J., *Família e política social*, Rio de Janeiro, 1962.

(11) Frederico VESTER, *Das Überlebensprogramm*, München, 1972; Hans DERKS (ed.), *Milieu en maatschappij*, Baarn, 1977; D.F. OWEN, *What is Ecology?*, London, 1974; Antônio MOSER, *O problema ecológico*, Petrópolis, 1983.

apesar do progresso feito às vezes em conforto material, funcionam como despertadores da consciência coletiva diante dum fator indispensável do bem-estar e até da sobrevivência humana.

1.4. O perigo da neutralidade

Sem entrar no mérito da culpa moral das muitas formas do mal-estar do povo, um fato deve ficar bem explicitado. A afirmação de que são os homens que se apropriam da natureza e seus recursos e exploram as forças e riquezas naturais pelo trabalho, parece mais uma política de camuflagem do que a reprodução da realidade histórica(12). A dispersão vaga e igualitária das responsabilidades interessa ao algoz, nunca à vítima. Nas fábricas são os operários que trabalham com máquinas e matéria-prima e, no desmatamento, é o trabalhador que manipula a serra mecânica e o trator para derrubar as árvores. Muitas famílias moram em favelas sem saneamento básico, água encanada, esgoto ou luz, causando pelo seu mal-estar mal-estar aos outros. Como disse o poeta, o pobre só tem direito ao pedaço de terra de sua cova rasa (por alguns anos). Terra para plantar há em abundância, mas milhares de lavradores não têm terra e milhares de posseiros não têm garantia nem segurança de posse.

Anterior a este tipo de contestações incolores vale o sistema dominante da apropriação das terras e dos recursos das áreas rurais e urbanas nas mãos de particulares, de companhias privadas ou do Estado, reduzindo a grande maioria da população produtiva a meros executores de ordens, porque empregado e funcionário comum não dispõem de outro meio de troca, senão a própria força de trabalho. No cinismo objetivo da sociedade moderna(13), o sistema capitalista chegou a cercar-se dos véus revolucionários da liberdade, fraternidade e igualdade perante a lei. Em sua forma real de cada dia, porém, impõem uma organização social em que o poder e a propriedade, os recursos e as rendas, a política e a economia estão firmemente nas mãos de uma elite de mando, enquanto numerosa classe de operariado urbano e rural fica marginalizada e dependente das decisões dos outros, sem muita possibilidade de apelo. O pronunciamento repetido de que na cadeia só há gente pobre, ganha significado especial numa época em que os grandes escândalos se multiplicam. Sem assumir na reflexão esta dupla moral histórica

(12) Carlos Walter PORTO GONÇALVES, Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico em: *Geografia, teoria e crítica*, org. Ruy MOREIRA, Petrópolis, 1982, 221-230.

(13) Dorothee SÖLLE, *Wählt das Leben*, Stuttgart, 1980, *passim*.

de "senhores e escravos", uma bonita teoria moral unitária será chuva num telhado de zinco: faz barulho, não penetra.

De termos comuns neste contexto, como são trabalho, pessoas, sociedade, precisa-se tirar a cor neutra da inocência aparente. O trabalho não é apenas reformar a natureza, produzir bens de consumo, duráveis ou não, e criar um habitat humano. Pessoa não é simples definição abstrata, aplicável a todos sem problema. Tampouco, sociedade é composição de pessoas interrelacionadas e nada mais, como se dentro dela as pessoas fossem realmente iguais em status, posição, liberdade e poder. Apesar da crise atual, vigora ainda a tese de que "a característica mais significativa do modelo brasileiro é a tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico"(14). Nesta constelação política, também o trabalho precisa ser diferenciado, pois a grande massa que se aglomera na base da pirâmide, ganha o pão de cada dia ou menos em condições de trabalho e insegurança de emprego de que a CLT dá apenas uma idéia pálida, mesmo se fosse observada.

Qualidade de vida, ecologia, bem-estar social são palavras mais ou menos incorporadas ao vocabulário comum. Todavia, a manipulação destes termos como normas ou diretivas de ação deve libertar-se da suspeita ideológica de uniformizar a realidade social sob uma tinta cinzenta, como se tudo fosse igual. Se a finalidade da reflexão moral é levar os homens a reformar a realidade e melhorar o bem-estar de todos, o ponto de partida há de incluir o abismo vertical que, no sistema capitalista, se criou entre a elite com seu monopólio de posse e de poder e seu nível sofisticado de consumo, e o povo operário e trabalhador com seu salário e consumo mínimos e até sub-humanos, produzindo bens e lucros para os outros. Uma moral que não começa onde os homens estão e não assume a realidade concreta e suas ambivalências facilmente se torna um idealismo aéreo, bonito talvez, mas ineficiente em mudar pessoas e situações.

Na análise estrutural da sociedade histórica, a palavra "luta de classes" é usada por muitos, o que outros muitos acham marxismo. Na procura da verdade, parece que a situação esteja pior para o lado dos pobres, independentemente do fato de certas interpretações religiosas continuarem a funcionar como ópio do povo. No antagonismo duma luta, ninguém toma emprestado de seu adversário nem tenta imitá-lo ou assimilá-lo, mas se esforça para manter sua própria identidade e realizar

(14) Celso FURTADO, *O mito do desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro, 1974, 2ª ed., 109.

seu ideal. Na tal luta de classes, porém, acontece o contrário. Pelo exemplo da elite como formadora de ideais e pela intensa propaganda comercial e ideológica, vende-se com certo sucesso um novo padrão de vida material a um povo que é incapaz de alcançá-lo. Pela distância frustrante entre o nível real da vida pobre e do mal-estar social e o nível das aspirações provocadas e enganadoras, forma-se um vácuo em que os desejos mais profundos de ser "gente", de ser livre, ter voz ativa, de criar uma família com saúde e em boa paz, de ter e criar sua cultura em comunidade com outros, se evaporam e perdem seu estímulo. Gastando sua energia atrás da miragem que a elite mantém, o povo arrisca não perceber a gaiola dourada que se esconde na abundância apresentada de conforto e bem-estar material e melancolicamente "seu estado final fica sendo pior que o primeiro" (Lc 11, 26).

Apesar do material empírico limitado, podia-se lançar a hipótese de que o desenvolvimento material, tão elogiado e milagreiro, tem reduzido a qualidade de vida do povo no nível dos valores humanos mais profundos de fé, estabilidade afetiva, cooperação, liberdade, participação. A polarização rápida nas grandes cidades, cujos centros industriais e comerciais precisavam de mão-de-obra barata, tem atraído levas de emigrantes do interior que, em boa parte, perderam suas raízes de origem. Talvez seja saudosismo na linha dos ricos que procuram de novo a zona rural para passar o fim de semana no sítio ou fazenda. Contudo, em vista da experiência feita nos "porões da humanidade", ao lado dos estudos sobre os fatores neurotizantes da cidade, tipo Karen Horney, surge o problema, se a qualidade de vida e o bem-estar nas periferias urbanas é melhor do que na zona rural. Nesta dúvida ressurge a questão central dos indicadores sociais e de seu escalonamento como instrumentos de medição do bem-estar de um povo.

2. AS MUDANÇAS DO CLIMA NA REFLEXÃO

A soberania antiga de "o tempora, o mores" também se aplica ao condicionamento do pensador, porque a esfera de idéias, atitudes e perspectivas culturais em que ele desenvolve seu pensamento muda com o correr dos tempos. Diante da problemática moral da vida e do bem-estar humano, várias transformações interdependentes, em curso no mundo atual, deixam sua marca.

2.1. Da religião para o poder humano

Tradicionalmente, também fora da área judaico-cristã, a vida e a morte eram colocadas no contexto religioso de Deus, da fatalidade, da sorte, da praga, do mau-olhado, e centraram muitas superstições em redor de si. Em função destas interpretações, as respostas aos problemas da fertilidade, doença, perigo de morrer, igualmente eram de ordem religiosa, na forma de ritos, sacrifícios, rezas, bênçãos, talismãs, promessas à divindade, procura de santos protetores. O catolicismo popular conhece tais práticas em grande variação.

Nesta esfera existencial global entende-se a facilidade com que a vida humana é cercada pelos cristãos com argumentos teológicos de Deus criador, de Cristo que assumiu a humanidade e levou-a para o céu, do Espírito Santo que dá a vida, de participação na paixão de Jesus, de vida eterna, de ressurreição e glória, que esperam os mortais. Esta penetração profunda da fé no mistério da vida, porém, corre o risco de negligenciar a mediação e o papel do homem e da sociedade na formação da vida e na caminhada de todos para a morte. A deficiência física, a doença, a demência, a morte prematura devem ser aceitas com submissão das mãos de Deus, como consequência do pecado, e não provocam o espírito de luta para melhorar a qualidade da vida e impedir suas deformações, enquanto depender do esforço humano.

Pela ciência e técnicas modernas, o homem começou a tomar posse progressivamente da própria vida humana, descobrindo seus segredos, ligando causas e efeitos, aumentando consideravelmente o espaço de seu poder e sua responsabilidade. As ocorrências naturais da vida, desde a concepção até a morte, são atravessadas constantemente por táticas que impedem o que está na linha da natureza ou fazem acontecer o que a natureza por si não podia produzir. Inseminação artificial, métodos anticoncepcionais, sejam chamados limitação de filhos ou paternidade responsável, aborto ou interrupção da gravidez, toda a medicina curativa e preventiva da atualidade para conservar e prolongar a vida humana são sinais do crescente poder dos homens sobre o terreno da vida e da morte. A seleção natural do "survival of the fittest" não funciona mais e a expressão "querer todos os filhos que Deus me der" precisa de uma reinterpretação em que o próprio casal e as condições da sociedade em que vivem, têm de ocupar lugar importante.

2.2. Da uniformidade relativa para o pluralismo aberto

Na história do Brasil, mesmo muito tempo depois da separação

oficial entre o Estado e a Igreja, continuou uma certa congruência entre a legislação civil e penal e a tradição da moral cristã em matéria do quinto mandamento. Também a opinião pública não mostrava rupturas claras com esta normatividade, embora na práxis o jeitismo tenha aberto brechas bastante largas no absolutismo das leis. Pela calma repetição de teses e argumentos, os manuais de teologia moral refletiram a idéia de uniformidade ampla e segurança de posse. As discussões sobre certas probalidades eram suficientemente marginais a respeito de assuntos de menos importância para salvar esta impressão global.

Na sociedade complexa de hoje, com uma polarização rápida de idéias e atitudes novas, este estado de tranqüilidade está sofrendo impactos cada vez maiores. A larga propagação dos métodos anticoncepcionais, as discussões públicas em redor do planejamento familiar, as campanhas em favor da legalização do aborto, a freqüência da esterilização, especialmente feminina, as muitas queixas e críticas para com os organismos existentes da previdência e do bem-estar do povo, os debates sobre a política econômica do salário e do(des)emprego não deixam mais dúvida de que há uma pluralidade de opiniões e convicções na sociedade, que são conflitantes e opostas entre si. Isso se verifica entre um povo cuja maioria se nomeia católica, também no último recenseamento.

Que esta diversidade de tomadas de posição se traduz em inovações nas leis civis e penais de muitos países, eventualmente contrárias aos ensinamentos da Igreja Católica, é um fato histórico inegável, embora fatos não façam a verdade. Nas nações em que os católicos constituem pequenas minorias, tais mudanças podem parecer "naturais", apenas lamentáveis. Mas no caso de a Igreja Católica contar com a maioria e ser dominante, a situação do problema muda, porque a influência da autoridade eclesiástica costuma ser mais ampla e penetrar mais no nível das consciências. Não obstante, tanto a história do divórcio no Brasil, quanto pesquisas sérias na opinião pública comprovam que também entre os católicos a uniformidade e a obediência ao Magistério eclesiástico não são perfeitas, para usar este eufemismo. Seria falta de sinceridade negar, que em problemas importantes em torno à vida humana e ao bem-estar social há divergências de idéias e posições entre os moralistas, apesar das pressões das autoridades; e as incongruências na práxis dos fiéis não são menores.

2.3. Da normatividade pública para a consciência pessoal

Enquanto na zona rural uma certa predominância da moral coleti-

va ainda continua, com controle social bastante forte, na cidade uma das características da vida é que, fora de seu ambiente familiar, as pessoas andam mais "soltas" e se confrontam com uma variedade de estilos de viver e agir. Muitas vezes demonstram o paradoxo curioso de serem bem dependentes da grande rede de serviços públicos e privados e bem condicionadas pela montagem política, econômica, social global e, do outro lado, de se sentirem bastante livres na pequena área de sua vida particular. Na praça das muitas opções e muitas posições diversas da vida moderna, crescem a exigência da consciência moral madura e o papel da responsabilidade nas decisões. Na reflexão ética o interesse pela consciência moral pessoal, sua formação, sua importância como última norma e início das normas, o direito de contestação, a objeção de consciência aumentou tanto, que esta problemática é discutida antes do tratado sobre as leis, contrariamente à tradição da teologia moral.

Na medida em que o sistema normativo herdado entre no fogo cruzado dos debates e dúvidas, perturbando a tranquilidade da ordem estabelecida, fica mais forte a tentação de as autoridades procurarem dominar a situação crítica pela imposição enérgica de seu poder, repetindo as mesmas proposições e os mesmos argumentos numa linguagem mais endurecida, como se a repetição por si fosse capaz de convencer as pessoas e disciplinar o comportamento público. A distância entre autoridade e autoritarismo nunca foi grande na história. Numa sociedade mista que se une em redor dos ideais comuns da liberdade e da democracia tal endurecimento dominador arrisca enfraquecer a credibilidade própria do discurso e cria desconfiança para com a participação leal do jogo democrático e o respeito pela liberdade de expressão. A repercussão para dentro da Igreja é uma polarização crescente e a saída silenciosa exatamente daqueles que tem maior autonomia de pensar.

2.4. Da sociedade vivida para a sociedade abstrata

A doutrina social da Igreja costuma trabalhar com o termo uníforme "sociedade". Pela transformação profunda da existência moderna, a sociedade empírica constitui uma passagem da sociedade em que cada um vive e se sente como em casa para uma sociedade abstrata, anônima, de instituições globais e macromecanismos: INAMPS, CLT, INPS, BNH, CEMIG, BB etc. Os indivíduos continuam a viver com seu nome próprio ou apelido dentro da rede das relações interpessoais com seus familiares, vizinhança, amigos, companheiros de trabalho, o farmacêutico, o dono do bar da esquina. Do outro lado, num período relativamente curto, o aparelho das leis e instituições estatais e paraestatais que visam

proteger a vida humana e promover o bem-estar dos cidadãos evoluiu tanto, que forma uma máquina complicadíssima, esparramada em muitas ramificações, superintendências e repartições diferentes, com uma qualidade comum: o centro das decisões é o governo. Em seu gigantismo, este sistema montado se torna algo quase invisível e impenetrável, cuja relação humana se reduz a um rosto por trás de um guichê.

Ao lado da pequena sociedade vivida desenvolveu-se uma sociedade grande, organizada em detalhes, que regula e controla mais do que nunca o comportamento dos cidadãos, mas se evapora na experiência do povo pelo seu caráter abstrato e impessoal e se esconde atrás de siglas, papéis, números de telefone e decisões teleguiadas por desconhecidos, sem explicação. Na sociedade atual, o cidadão passa constantemente do particular para o geral, do concreto para o abstrato, do pessoal para o impessoal(15). Quanto maior a organização, tanto mais entra o perigo de o homem se tornar um brinquedo de forças abstratas e como ausentes, que distribuem casos conforme os documentos, protocolos e carimbos que levam e deixam-nos passar pelos canais competentes para devolvê-los como casos resolvidos. A imaginação de Ira Levin que, em seu romance "This perfect day", liga os cidadãos simplesmente a um computador central que lhes fornece os impulsos e as formas de agir numa programação perfeita e bem orquestrada, criou uma representação grotesca da sociedade abstrata, mas sua força sugestiva é inegável.

Nesta sociedade ambígua, um contínuo dilema se apresenta entre a dignidade humana, o respeito pela pessoa humana, e a eficiência da organização e dos serviços oferecidos; há uma colisão entre a liberdade e participação do cidadão e a acumulação do poder nas mãos do governo. O caráter contraditório dessa situação se agrava pela conhecida tendência para o empreguismo político e pela qualidade curiosa da burocracia de se reproduzir a si mesma, multiplicando os papéis, assinaturas, leis e modelos a preencher em triplo. Além disso, pela política de verbas, subsídios e favores, o poder — polipo do governo penetra progressivamente nas organizações particulares do ensino e da assistência social, cuja sobrevivência depende, de fato, deste tipo de recurso "gratuito" e geralmente instável. Na área crescente dos serviços sociais, o cidadão comum se torna facilmente uma marionete que é passada pela máquina, sem possibilidade de queixar-se, senão junto à funcionária das informações que também é inocente.

(15) Anton C. ZIJDERVELD, *The Abstract Society*, New York, 1970, 50-53.

2.5. Do favor para o direito

A origem histórica de uma grande parte dos serviços sociais atuais, dirigidos pelo governo, seus ministérios e secretarias, está nas obras de caridade, organizadas por inspiração cristã nos séculos passados. Ordens religiosas e irmandades leigas foram outrora a peça principal no atendimento aos pobres, doentes, presos, órfãos, prostitutas e velhos e continuam seu serviço até hoje em hospitais, asilos, orfanatos, vilas vicentinas, albergues e outras obras sociais. Na história do ensino e da educação verifica-se algo semelhante. No passado, a diferença entre nobre e plebeu, rico e pobre era aceita mais como fato social, cercada pela confirmação religiosa da vontade de Deus. Aos cristãos abastados pertencia a tarefa de dar esmolas e favores aos pobres da redondeza e ajudar no sustento das obras de caridade.

O rápido processo de industrialização e formação das grandes cidades e a extensão do poder do estado causaram uma mudança profunda neste quadro, outrora marcado pelo caráter voluntário, gratuito dos serviços e pela sua escala limitada. Em boa parte os setores da saúde, ensino, habitação e aposentadoria passam para o Estado, multiplicando-se as leis, os funcionários assalariados e os tipos de serviço. As pequenas organizações locais de iniciativa privada quase desaparecem diante dos macro-organismos estatais burocráticos que absorvem uma clientela cada vez mais numerosa e são mantidos financeiramente pelas contribuições desta mesma, ao menos na base dos impostos indiretos.

Embora o Estado talvez continue a prestar seus serviços sociais sob a capa de favores dentro do sistema tradicional da patronagem, entre os cidadãos formou-se a consciência coletiva de terem direito "a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle"(16). O conhecido slogan: "queremos justiça, não caridade", se de um lado expressa um protesto contra as caricaturas da caridade cristã e rejeita o favoritismo político, doutro, deixa clara a nova sensibilidade comum pelos direitos humanos, assumidos também pela liderança eclesiástica em seus documentos e ação pastoral(17). Em vez de privilégio de uma classe favoreci-

(16) *Declaração universal dos direitos do homem*, n. 25.

(17) *Pacem in Terris*; CNBB, *Direitos humanos*, São Paulo, 1973; *Puebla*.

da ou que se favorece só a si mesma, a socialização completa dos serviços da saúde, do ensino e assim por diante se tornou projeto de justiça para todos e programa de luta política. A evolução histórica dos serviços sociais criou um organograma comum nas nações modernas, em que a vida humana e o bem-estar social dependem do jogo complexo das forças políticas do Estado, enquanto os recursos provêm da produção econômica da população, mas são ministrados também pelo Estado.

3. O CAMINHO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Na área da vida humana e do bem-estar social, uma reflexão moral que fornecesse apenas normas para julgar situações presentes, correria o risco de recriar o famoso papel do inquisitor-mor de Dostoiewski e colocar mais um muro de lamentações no mundo, porque os tempos são maus. Mais evangélico é abrir novos horizontes de esperança, indicar caminhos para corrigir a caminhada humana, feita até agora com tanta deficiência, defeito e mancada, e dar nova motivação e novos estímulos para agir e praticar, reformar e melhorar a vida, a subvida, do povo. O texto-base da Campanha da Fraternidade traz muita coisa nova e antiga do tesouro da Igreja. Não apenas apela para redescobrir as obras de misericórdia e de promoção humana no microambiente da comunidade local, mas insiste "numa tomada de consciência sobre a responsabilidade política e sobre a indispensável presença ativa dos cristãos nas organizações, grupos e movimentos que visam promover a justiça mediante a solução de todos os desafios fundamentais"(18).

3.1. O medo da política

Se os sinais não enganam, nos círculos católicos continua a transparecer um certo medo, uma certa resistência para com a participação política. Neste jogo histórico, vários motivos se escondem:

3.1.1. A experiência das práticas políticas

Em papel, nos programas e discursos, a arte política visa o bem-comum da sociedade. "A fé cristã não despreza esta atividade; pelo contrário, a valoriza e a tem em alta estima"(19). Na experiência sofrida do povão surgem outras coisas: politicagem, favores para os amigos, perse-

(18) *Para que todos tenham vida*, Brasília, (1983), 48.

(19) *Puebla* 514.

guição do adversário, corrupção, deslealdades e vinganças, nomeações de incompetentes, parentes e afilhados nos muitos cargos da administração pública, chamados de confiança; interrupção de obras públicas porque o outro partido começou; má administração e desperdício dos recursos públicos; contrastes entre as promessas eleitorais e as realizações dos eleitos, além do fato comum da não-participação, do não-diálogo, que reduzem a massa dos cidadãos a marginalizados que votam de vez em quando. De muitos modos, a realidade de "mexer com política" não constitui um convite mui atraente para os homens de boa vontade. Se são ricos, preferem operar por conta própria na linha dominante do capitalismo liberal. Se são pobres, não há escolha; sabem que a corda sempre rebenta para o lado mais fraco, de modo que o jeito é fazer-se amigo de quem tem de fato o poder nas mãos.

A resistência e desconfiança para com a política se densificam até uma certa aversão para com os poderes públicos, mistura de fornecedores de favores e inimigos naturais. De um lado, tudo o que está fora de seu próprio quintal em que o cidadão mesmo manda, é para o governo fazer. De outro lado, onde o governo precisa de recursos para fazer obras, a velha herança do liberalismo individualista e do direito quase absoluto de propriedade privada cria má vontade de pagar impostos e condiciona uma verdadeira arte de sonegação, dupla contabilidade, atrasos no pagamento das dívidas aos institutos. Não é de hoje só, que a moral sabe que, nesta história, há circunstâncias atenuantes por causa da má aplicação dos recursos disponíveis, das mordomias que os poderosos se permitem e do funcionamento precário dos serviços públicos. Desta maneira, infelizmente, forma-se um círculo vicioso que não contribui em nada para criar um espírito de responsabilidade sócio-política comum a governantes e governados.

3.1.2. A práxis das mãos sujas

Que progressivamente a vida humana e o bem-estar social transcendem a responsabilidade particular e familiar e se projetam no grande espaço do poder e atividade política nacional e internacional, é fato comum nos estados modernos capitalistas e socialistas. De fato, o processo histórico da socialização representa, de um lado, a extensão efetiva dos serviços públicos de previdência, assistência, saneamento, urbanização, financiamento sobre uma clientela mais numerosa e a influência cada vez maior da política econômica e social sobre as muitas condições já mencionadas do bem-estar do povo. Doutra lado, produz uma dependência crescente dos cidadãos e suas famílias para com o organismo complexo dos poderes públicos, em boa parte decisivos na produção e

distribuição da renda e na manipulação dos recursos naturais, seja pela política econômica e salarial, seja pelos serviços que os órgãos governamentais prestam em nível federal, estadual e municipal, seja pelas concessões dadas às companhias, muitas vezes estatais ou paraestatais, se não transnacionais, de exploração das matérias-primas.

No plano teórico do bem-comum, da função do Estado, da justiça, do amor, às vezes vislumbra-se um certo angelicismo, pois tudo parece tão limpo, ideal e bonito, como se o paraíso não estivesse perdido para sempre. Tanto a realidade humana social concreta, à qual a atividade política se dirige para mantê-la ou reformá-la, como as pessoas que procuram participar de uma ou outra maneira desta atividade, são produtos também do "mistério da iniquidade", com as injustiças, erros, abusos e corrupção que este mistério opera no mundo de hoje. A organização econômica e política parece ser muito sensível à sua influência, embora o povo reze que "quem rouba pouco é ladrão, quem rouba muito é barão". Mesmo sem reduzir a política radicalmente ao reino do demônio e do mal absoluto, os muitos anátemas que a moral dos pecados jogou sobre tais realidades não formam um convite para participar destas áreas. Melhor seria evitar a contaminação. E os subalternos que rodam no sistema condenado ficam com problemas de consciência, para não sacrificarem seu pão de cada dia.

3.1.3. O absolutismo irreal

Além de não ser inocente e quase inevitavelmente sujar as mãos, a atividade política, como jogo dirigido de dar e receber, encontra resistências numa certa mentalidade normativa absolutista. Muitos costumam ser educados na idéia hamletiana do ser ou não ser. O que os homens fazem, ou é virtude pura ou pecado perfeito. O bem e o mal são como branco e preto sem mistura, luz e sombra sem transição. Entretanto, ao menos numa democracia, a política não é simples dedução lógica de normas fixas, como se fosse um tanque de guerra que, em linha reta, passa por cima de tudo. Para isso, os problemas sociais, econômicos e políticos atuais são complexos demais e permitem interpretações diversas e propostas diferentes de solução, em cujo percurso não há lugar para a estratégia solitária de cortar o nó "e acabou". A atividade política supõe sensibilidade para com todos os aspectos humanos e sociais do problema colocado; a prudência de avaliar as vantagens e prejuízos que a execução dos planos faz prever, de incluir nos cálculos as limitações de recursos humanos e financeiros, de esperar a hora certa e o momento oportuno; a flexibilidade de ceder aqui e acolá no diálogo com os outros para ganhar o apoio necessário para vencer, na convicção

de que o ideal puro sonhado nunca sairá e que os resultados serão provisórios. Como anti-rigorismo, a tática do zigue-zague combina melhor com a elasticidade do jeito do que com o absolutismo da norma única(20).

A política é um campo em que os princípios do ato com duplo efeito e do "Güterabwägung" tem papel especial, medindo os bens e os males que profluirão das decisões a serem tomadas na situação, dentro do esquema das prioridades e condicionadas pelos recursos limitados(21). O senso da limitação dos projetos, meios e realizações, acoplado ao idealismo franciscano do "sempre começar, porque até agora foi feito pouco", é próprio ao "homo viator" que está apenas em caminho e procura libertar-se e ajuda a libertar os outros, porque a iniquidade e o pecado não se deixam extirpar de um só golpe. Planos, programas e execuções humanas têm sempre suas sombras e equívocos a serem corrigidos em processo permanente. Quem quer agir com perfeição, nunca agirá nas condições humanas. Na medida em que os desafios políticos se complicam, o agir puro e perfeito se torna um ideal mais afastado.

3.1.4. A relação entre a Igreja e o Estado

No subsolo da apresentação simbólica da relação entre a Igreja e o Estado, às vezes, atua uma mistura de duas imaginações mal contidas: a Igreja dominante pelo seu volume de poder e força de aglomeração popular, nos moldes duma nova cristandade sob a liderança da hierarquia, mestra e fiscal-mor(22); e a separação da Igreja e do Estado, concebidos como instituições abstratas, de funções separadas, em cujo caldo ideológico cada um considera inconscientemente o povo como seu próprio quintal. Um dos resultados desta concepção é a concorrência inglória e "out of date" entre os dois em nível de motivação e organização social. A trilogia de caridade, gratuidade, generosidade das obras eclesiais contrasta com a justiça de direitos e deveres dos serviços estatais. Em termos organizatórios, estão de um lado os institutos de ensino, assistência e promoção humana da Igreja e, doutro, os serviços públicos de ensino, previdência e bem-estar social do Estado. Em tese, a clientela é a mesma: o povo; e os serviços, prestados são em boa parte paralelos.

(20) Bernardino LEERS, *Jeito brasileiro e norma absoluta*, Petrópolis, 1982.

(21) Para uma orientação global: Bruno SCHÜLLER, *Die Begründung sittlicher Urteile*, Düsseldorf, 1980, 2ª ed.; Richard A. McCORMICK S.J. e Paul RAMSY (ed.), *Doing Evil to Achieve Good*, Chicago, 1978; N. HENDRIKS, *Le moyen mauvais pour obtenir une fin bonne*, Roma, 1981.

(22) Pablo RICHARD, *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*, São Paulo, 1982.

Na medida em que a Igreja começa a criticar o Estado, tomar distância da atitude tradicional de legitimar o regime e quebrar o esquema do apoio mútuo, os fiéis-cidadãos talvez se empenhem na ação social, campanhas de promoção humana, obras de assistência, comissões de direitos humanos, dirigidas pelas autoridades eclesíásticas. Na linha da pastoral social, porém, dificilmente ganharão uma visão política suficientemente global sobre a realidade. Ilhados e absorvidos no terreno da própria organização eclesíastica, não enxergam que os problemas do bem-estar do povo precisam de soluções políticas e econômicas de envergadura e não se deixam resolver por tratamentos somente locais de pouca extensão e, às vezes, de pouca duração. A Igreja aproveita do aparelho estatal para obter verbas, bolsas, funcionários ou material para suas obras; todavia, sem negar seu valor humano, a aparente auto-suficiência destes serviços não atinge as raízes sociais e políticas dos males nem estanca as fontes que fornecem o material sub-humano que cai nas mãos das obras eclesiais de caridade.

3.2. Política e solidariedade

A experiência recente, feita por comunidades eclesiais de base, abre uma nova perspectiva, porque não provém de uma teoria histórica sobre as instituições ou poderes, mas da vivência e ação de pessoas concretas que, ao mesmo tempo, são cristãs e cidadãos. Sem provavelmente conhecer as distinções formais entre fé e política, entre política do bem-comum e política partidária, estas comunidades, iluminadas e fortalecidas pela fé, enfrentaram e enfrentam problemas e conflitos sociais, econômicos e políticos de seu povo, de seu lugar, sua região, em procura de uma solução prática. Para elas, quase espontaneamente, o evangelho não se deixa conceber sem corpo, sem saúde, sem casa, sem segurança social, sem justiça, sem um pedaço de terra para trabalhar, sem o ganha-pão de cada dia. Antes do pronunciamento de Puebla, sabiam que um evangelho espiritualista e desencarnado é "uma mutilação que equivale a certo conluio — embora inconscientemente — com a ordem (desordem) estabelecida(23).

3.2.1. Política do bem não comum

Igualdade, fraternidade, bem-comum são bandeiras que estão muito na frente das divisões, contrastes e conflitos que mantêm a desor-

(23) *Puebla* 476, 483, 558.

dem na sociedade; são ideais utópicos de que a vida do povo pobre só se aproximará a longo prazo e pela constância da luta. A esperança é a última que morre, diz o provérbio. Esta esperança não é a passividade sentada que, de braços cruzados, espera o milagre cair do céu. "Derrubou de seu trono os poderosos e elevou os humildes; saciou de bens os famintos e aos ricos depediu de mãos vazias"(24), expressa a confiança no Deus da Promessa, como também formula a atividade responsável dos cristãos de realizarem esta esperança. Pela luta que gera justiça e liberdade, vence as muitas formas de escravidão e torna os direitos humanos vivência real é que o povo caminha em direção ao que espera na fé. A graça da esperança e a ação política da justiça se encontram e se fortificam constantemente. É essa a vida que, por ora em pequena escala, certas comunidades eclesiais de base experimentam.

A idealização do bem comum que se incorporou na doutrina social é apenas um lado da medalha. O outro lado é o ponto de partida de qualquer atividade política: o fato de que os bens fundamentais da vida e do bem-estar social não são, nem de longe, comuns na sociedade, porque estão mal divididos, são de uns e não dos outros, apropriados por uns em detrimento dos outros, abusados por uns para explorar os outros e reduzi-los ao silêncio da vida sofrida e à submissão calada. Certo tipo de moral abstrata pode limitar seu interesse a formular normas, sem assumir as condições reais de vida e morte em que a massa do povo vive. Mas a política começa, onde de fato a sociedade se encontra, marcada profundamente pelas situações de pecado e injustiça, na terminologia de Puebla, como geradoras da morte. E no dinamismo histórico presente conta ainda com o que já se chamou o "efeito de Mateus"(25), que os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres, marginalizados e fora do páreo das grandes disputas e decisões.

Nesta situação, uma política do bem comum, do bem-estar social, se torna necessariamente uma política que há de produzir e fornecer os bens que ainda não são comuns, mas apenas direitos "ad rem" dos necessitados, dos ausentes. Assumindo o teor e o conteúdo dos direitos humanos, o Papa João XXIII ligou explicitamente aos direitos também o tema dos deveres. O direito à vida, ao emprego, à escola, à liberdade não é somente dever, enquanto a pessoa que já o tem na realidade é responsável pela sua própria vida e bem-estar, pelo desempenho de seu trabalho, pelo aproveitamento das oportunidades de formação humana e profissional, pela prática de sua liberdade para o bem; nem significa apenas o dever correspondente de todos de respeitarem os di-

(24) Lc 1, 52-53.

(25) Mt 13, 12.

reitos que, com justiça, pertencem aos outros, mas traz também o dever dos que tem seus direitos resguardados, de lutarem para que aqueles que não os têm, obtenham os bens da vida digna e do bem-estar como participantes "pleno iure" da sociedade.

Em sua expectativa de vida humana, o povo dos pobres não tem refinamento nem requinte, pois seu mal-estar crônico é fome, doença, trabalho duro sem segurança, salário mínimo ou menos, desemprego, alojamento, falta de escola, de assistência, marginalização social e política. Para ele, durão em agüentar a mão, a proposta complexa de conforto e bem-estar sofisticado da classe rica é mais um desaforo do que um estímulo, embora as propagandas comerciais e as vitrinas saibam dourar a pílula amarga com sonhos efêmeros. A massa dos trabalhadores e suas famílias, na cidade e no campo, está à procura ainda da satisfação de suas exigências e direitos mínimos de vida e dignidade humanas: pão, remédio, emprego bom, casa para morar, terra para plantar, reconhecimento e segurança sociais, participação política. As metas pelas quais os movimentos populares e os sindicatos dos trabalhadores lutam são um mínimo de humanidade, de bem-estar humano, conforme os parâmetros da vida moderna.

3.2.2. *Solidariedade na desordem*

Apesar da simplicidade relativa destas metas políticas, sua realização satisfatória encontra barreiras sérias no próprio sistema econômico político dominante. Um liberal pode enaltecer a troca livre de bens e serviços na sociedade, na suposição inocente de que todos tenham liberdade plena e capacidade perfeita de produzir bens e trocá-los para o bem-estar comum. Na realidade, não há acesso igual de todos aos recursos disponíveis, nem distribuição equitativa de bens de produção, nem chances iguais para obter um diploma ou arranjar emprego. Tais dificuldades não estão ligadas à diferenciação entre as pessoas apenas, mas são condicionadas e quase fixadas pelo próprio sistema de classes, mantido pela maneira capitalista de produção. A baixa qualidade de vida e tanto mal-estar de grande parte da população ativa, com suas famílias, dependem globalmente "de toda a malha da organização social, trabalhada pela violência e opressão, alicerçada num modelo, assumido e que se perpetua em nossa história, de injustiça institucionalizada" (26). Para o capitalismo, o povo trabalhador é apenas uma segunda categoria, mão-de-obra que garante o trabalho e reproduz nova força de trabalho para a máquina idolatrada do capital.

(26) Marcello de Carvalho AZEVEDO S.J., *Obediência, objeção de consciência, opção pelos pobres*, *Convergência* 18 (1983) 392-403. 395s.

Na sociedade pluralista moderna, com seus conflitos de interesses e posições diferentes e antagônicas, a atividade política não se baseia mais numa ideologia de ordem. A concepção duma ordem estável, pré-existente, mais ou menos sacral não vingará mais, porque não há mais união de pensamentos em redor de seu conteúdo. Tampouco tal ordem pode ser projetada como um ideal comum a alcançar, tarefa da sociedade toda e de todos os seus membros, pois também um projeto comum que tenha o consenso de todos os cidadãos e com que todos se comprometam é um sonho utópico à la Thomas More. Na atualidade, apesar de uma série de palavras comuns, como são liberdade, justiça, direitos, bem-estar social, as interpretações dos ideais e metas dos caminhos a seguir e dos meios a usar para humanizar a vida social da população são diferentes e opostas demais, para facilmente se chegar a um consenso geral e a uma cooperação leal na política. As distâncias e discriminações sociais, mais as diferentes orientações e propostas no campo político-econômico, fazem deste campo, de fato, um jogo de interesses e forças, nem sempre racional, livre e aberto, cujo resultado pode ser tanto uma ditadura, quanto um ensaio de democracia participada. A reflexão moral procurará um equilíbrio relativo entre a igualação das liberdades, a solidariedade e a justiça, mas a história desmente muitas vezes esta boa vontade de criar democracia(27).

Na desordem das idéias mestras e atitudes cruzadas, que marca a realidade do jogo político atual, o ideal moral seria a paz, o bem-estar para todos, sem sacrifícios, abusos de poder, injustiças e violências. Mas todos estes fenômenos demasiadamente humanos são o pão que o diabo amassa cada dia. Na medida em que o povo pobre tenta se organizar para melhorar as condições básicas duma vida dignamente humana e procura participar ativamente da história da sociedade que também é sua, a resistência dos poderes estabelecidos costuma crescer. A vontade justa de bem-estar, de ter posição de direito, de ser respeitado, de poder participar dos benefícios sociais, de influenciar os centros decisórios do país, que o povo comum tem e de que se conscientiza mais e mais, devia

(27) Günther PÖLTNER (ed.), *Personale Freiheit und pluralistische Gesellschaft*, Wien, 1981, especialmente a contribuição de Heinrich SCHNEIDER; G. MANENSCHIJN, *Eigenbelang en christelijke ethiek*, Baarn, 1982; Vincent COSMÃO, *Changer le monde*, Paris, 1980; Franz BÖCKLE e Franz-Josef STEGMANN, *Kirche und Gesellschaft heute*, Paderborn, 1979. No processo da democratização, o cristão precisa lembrar-se de que "as idéias justas não caem do céu" (Georges Casalis); a prática política, como a vida, não é mera execução ou observância de uma norma pré-existente, mas tem de ser criada, inventada para cada situação de novo, numa caminhada para a qual não há um mapa completo em todos os detalhes.

encontrar um ambiente de diálogo aberto, de informação, de comunicação, de cooperação na análise dos problemas, na formação dos planos e projetos e na execução deles. No entanto, nos países todos, tais assuntos geram discussões, conflitos, greves, medidas de opressão, revoluções da parte dos oprimidos ou dos opressores. Nenhuma teoria sobre legítima defesa ou não-violência é capaz de esconder este fato global da luta em suas várias formas.

“Quem enfrenta esta luta não é nenhum superhomem, mas o homem massacrado pela vida, prematuramente alquebrado pelos sofrimentos que lhe são impostos por uma sociedade discriminatória”(28). Treinado em séculos de submissão resignada, religiosamente racionalizada, frustrado no passado em seus movimentos de libertação, messiânicos, mas sem apóio das autoridades eclesiásticas da época, o povo pobre e trabalhador está numa luta desigual, como um pequeno Davi diante do gigante Golias, sem poder repetir a história épica da funda e da pedra(29). Pois as forças dominantes da situação estão firmemente instaladas e não demonstram muita vontade de criar espaço amplo de participação e comunhão, como Puebla propõe, porque o poder e a riqueza embriagam facilmente o homem. E mesmo se houvesse este espaço e a competência de ocupá-lo, a organização social econômica é tão complexa e os recursos financeiros são tão escassos, que a esperança de mudanças incisivas se projeta além do horizonte do imediato e do curto prazo.

Diante desta luta desigual pelo seu bem-estar e dignidade de vida da parte das classes populares, a Igreja anunciou sua opção preferencial pelos pobres, pelos mais fracos, na luta por uma nova sociedade, uma civilização do amor, uma humanidade mais justa e fraterna. De fato, manifesta-se aqui algo profundamente humano: numa briga entre um homem grande e outro pequeno que apanha, a simpatia solidária do público vai para o lado mais fraco. Na desordem das desigualdades econômicas, sociais e políticas não basta aspergir a multidão com as gotas iguais de amor, justiça, conversão pessoal e paz, sem olhar bem o tipo de terra em que tais sementes da verdade caem. O apelo evangélico às pessoas continuará. Mas quanto mais o Estado ocupar a área econômica, organizar a previdência social e influenciar as condições do bem-estar do povo, tanto mais o fator político e a mudança das estruturas da sociedade real ganharão peso no apoio à luta das massas pobres.

Formalmente pode-se distinguir entre política em geral e política partidária, como Puebla faz(30). Como a experiência de cada dia e a his-

(28) Como se faz Teologia no Brasil hoje, *SEDOC* 16 (1983) 105.

(29) 1 Sm 17.

(20) *Puebla* 521-523.

tória das democracias cristãs demonstram, a vivência da fé não garante unidade de visão sobre a realidade, nem uniformidade ou consenso em formular prioridades, formar projetos de mudança e tomar decisões políticas, porque nem as condições humanas de análise, planejamento e execução, nem as mediações teóricas e técnicas são iguais ou semelhantes entre todos. O povo pobre e sofrido com sua mística da cruz sempre arranhou seu espaço para saber as coisas e criar sua sabedoria de viver e se defender contra a sociedade dominante(31), mas com o crescimento das estruturas sociais e políticas ficou menos capaz de arrumar sua vida e alcançar certo bem-estar por conta própria. O apoio a este povo se move também no plano político, até principalmente. Mas na prática, a política é partidária e se articula por partidos políticos. A solidariedade com os pobres não só significa conscientizar, levar a participar e a fazer coisas para melhorar o nível de vida popular; significa também ajudar a escolher o partido político que, pelo seu programa e ações, corresponde melhor aos justos anseios do povo sofrido e indefeso.

(31) Alba ZALUAR, *Os homens de Deus*, Rio de Janeiro, 1983, 115.

O autor, **Frei Bernardino Leers O.F.M.**, é franciscano. Nascido na Holanda em 1919, estudou Teologia em Nijmegen e Roma. Desde 1951 vive no Brasil. É professor de Teologia Moral no Instituto de Teologia da PUC-MG e na Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus (Belo Horizonte-MG) e professor de Ética no INESP (Divinópolis-MG). Autor de numerosos artigos publicados e vários livros. Entre suas últimas publicações destacam-se: *Religiosidade popular e mundo rural*, Ed. Vozes, Petrópolis 1977; *Jeito brasileiro e norma absoluta*, Ed. Vozes, Petrópolis 1982.

Endereço: Caixa Postal 16 (Convento Santo Antônio) – 35500 Divinópolis - MG